

**TERMO DE REFERÊNCIA
REQUISIÇÃO Nº 83826**

1. OBJETO

1.1 Aquisição eventual de EPIS DE COURO (Tabela 1), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITENS DIVERSOS				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	REQUISIÇÃO MÍNIMA POR PEDIDO	QTD TOTAL ESTIMADA
1	<p>AVENTAIS DE RASPA COM COURO IGNIFUGADO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionado com material de couro macio, classificação grupon, sem defeitos (berne, carrapato, corte de esfolia e marca de fogo), ou fibras soltas. - Mínimo 2 mm de espessura, curtida ao cromo, com tratamento para temperatura (ignifugado), resistência de até 250°C; - Medidas: 1,00 X 0,60 m; - Amarras de 40 X 2 cm (pescoço e cintura) fixadas com costura de linha de algodão dupla ou linha de fibra sintética de aramida com acabamento em raspa, tratamento ignifugado e regulagem; - Normas: ISO 11611 – Risco de solda e processos similares e ISO 11612 Riscos térmicos. - Referência comercial: JGB-100K/CA 27905. 	PÇ	20	200
2	<p>AVENTAIS DE RASPA DE COURO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionado com material de couro macio, classificação grupon, sem defeitos (berne, carrapato, corte de esfolia e marca de fogo), ou fibras soltas. - Mínimo 2 mm de espessura, curtida ao cromo; - Medidas: 1,00 X 0,60 m; - Amarras de 40 X 2 cm (pescoço e cintura), fixadas com costura de linha de algodão dupla ou linha de fibra sintética de aramida com acabamento em raspa e regulagem; - Normas: ISO 11611 – Risco de solda e processos similares e ISO 11612 Riscos térmicos. - Referência comercial: JGB-100K/CA 34189. 	PÇ	10	100

3	<p align="center">MANGA RASPA DE COURO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em raspa de couro curtida ao cromo, macia e de 1° qualidade, classificação grupon. - Espessura de 1 a 1,2 mm e 60 cm de comprimento, tiras em raspa com 50 x 2 cm e fivelas para ajuste, costura em linha de algodão. - Referência comercial: ZANEL-711Z/CA 16073. 	UN	10	100
4	<p align="center">CALÇAS EM RASPA DE COURO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em raspa de couro macio, classificação grupon com no mínimo 2 mm de espessura, curtida ao cromo. - Tamanho G, com elástico e cordão de ajuste na cintura, braguilha com velcro, costura em linha de algodão dupla ou linha de fibra sintética de aramida. - Referência comercial: JGB 420R/CA 32952. 	UN	5	25
5	<p align="center">PERNEIRA EM RASPA DE COURO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em raspa de couro 1 a 1,2 mm, 3 tiras de velcro para regulagem, nas dimensões 32X42cm, gaspea de 15 cm com tira de ajuste, alma de polietileno na lateral para maior sustentação, costura em linha de algodão macio, classificação grupon com no mínimo 2 mm de espessura, curtida ao cromo. - Referência comercial: JGB 301R/CA 33583 	UN	5	50
6	<p align="center">LUVAS DE PROTEÇÃO EM RASPA DE COURO – PROCESSO DE SOLDA – 20 CM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em couro ignifugado (tratado para resistir a altas temperaturas), modelo Gunn, classificação grupon. - Mão forrada com lã revestida com suedine, com reforço de palma em couro ignifugado, tira de reforço entre o polegar e o indicador, com protetor de artéria em raspa de couro curtida ao cromo, macia, flexível. - Espessura de 1 a 1,2 mm, com costura em linha de algodão ou fibra sintética de aramida. - Punho de 20 cm forrado com lona. - Referência comercial: JGB 2003/CA 32861. 	PR	20	200

7	<p align="center">LUVA DE PROTEÇÃO EM RASPA – CANO CURTO COURO – 7 CM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em raspa de couro, curtida ao cromo, macia, flexível, classificação grupon. - Espessura de 1,2 a 1,5 mm, com costura em linha de algodão, tira de reforço externo em raspa entre o polegar e indicador, reforço interno em raspa na palma e face palmar dos dedos. - Punho de 7 cm, totalmente forrada internamente em lona flanelada de algodão. - Referência comercial: LUVIPEL - 201/CA 9770. 	PR	10	100
8	<p align="center">LUVA DE PROTEÇÃO EM RASPA – CANO LONGO COURO – 20 CM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em raspa de couro, curtida ao cromo, macia, flexível, classificação grupon. - Espessura de 1,2 a 1,5 mm, com costura em linha de algodão, tira de reforço externo em raspa entre o polegar e indicador, reforço interno em raspa na palma e face palmar dos dedos. - Punho de 20 cm, totalmente forrada internamente em lona flanelada de algodão. - Referência comercial: LUVIPEL - 201/CA 9770. 	PR	10	100
9	<p align="center">LUVA DE PROTEÇÃO MISTA – CANO CURTO – 7 CM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em Vaqueta com espessura mínima de 0,8 a 1 mm na palma da mão, dorso e punho em raspa de couro curtida ao cromo, macia, flexível, classificação grupon. - Espessura de 1 a 1,2 mm, costura em linha de algodão, forrada internamente com tecido de algodão flanelado. - Punho de 7 cm, com elástico embutido no dorso. - Referência comercial: LUVIPEL - 303/CA 6349. 	PR	20	200
10	<p align="center">LUVA DE PROTEÇÃO MISTA – CANO LONGO – 20 CM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em Vaqueta com espessura mínima de 0,8 a 1 mm na palma da mão, dorso e punho em raspa 	PR	10	100

	<p>de couro curtida ao cromo, macia, flexível, classificação grupon.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Espessura de 1 a 1,2 mm, costura em linha de algodão, forrada internamente com tecido de algodão flanelado. - Punho de 20 cm, com elástico embutido no dorso. - Referência comercial: LUVIPEL - 303/CA 6349. 			
11	<p>LUVA DE PROTEÇÃO VAQUETA – CANO CURTO COURO – 7 CM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em vaqueta com espessura mínima de 0,8 a 1 mm, macia, flexível, com elástico interno. - Costura com linha de algodão, forrada internamente com tecido de algodão flanelado. - Punho de 7 cm. - Referência comercial: LUVIPEL - 302/CA 5263. 	PR	30	300
12	<p>LUVA DE PROTEÇÃO VAQUETA – CANO LONGO COURO – 20 CM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em vaqueta com espessura mínima de 0,8 a 1 mm, macia, flexível, com elástico interno. - Costura com linha de algodão, forrada internamente com tecido de algodão flanelado. - Punho de 20 cm. - Referência comercial: LUVIPEL - 302/CA 5263. 	PR	25	250
13	<p>LUVAS DE SEGURANÇA – COBERTURA VAQUETA – NATURAL – TAMANHO G</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em vaqueta, na face palmar, dedos e face dorsal. Possui face dorsal com tira para ajuste. - Punho em raspa curtida ao cromo, protetor de artéria e costurada com linha de nylon. - Aprovado para a proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. - Níveis de desempenho: ABRASÃO NÍVEL 3; CORTE NÍVEL 3; RASGO NÍVEL 2; PERFURAÇÃO NÍVEL 4. - Referência comercial: VALCAN/LC103/CA 25387 	PR	5	50

14	<p align="center">BLUSÕES DE VAQUETA – TAMANHO G</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada todo em vaqueta de 1° qualidade com espessura mínima de 2 mm, mangas compridas com elástico no punho, fechamento por velcro, gola padre, e acabamento em debrum. - Costura em linha de algodão dupla ou linha de fibra sintética de aramida. - Referência comercial: LUVIPEL- CA 29042 	UN	10	100
15	<p align="center">BLUSÕES DE VAQUETA – TAMANHO GG</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada todo em vaqueta de 1° qualidade com espessura mínima de 2 mm, mangas compridas com elástico no punho, fechamento por velcro, gola padre, e acabamento em debrum. - Costura em linha de algodão dupla ou linha de fibra sintética de aramida. - Referência comercial: LUVIPEL- CA 29042 	UN	10	100

1.2 O prazo de vigência da contratação será de **12 meses**, com início na data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

1.2.1 Caso haja interesse de ambas as partes na prorrogação da contratação, este deverá ser manifestado por escrito à parte contrária antes do término de vigência de cada período contratual.

1.3 A NUCLEP não se obriga a adquirir os itens relacionados das licitantes vencedoras, nem as quantidades estimadas neste Termo de Referência, podendo até realizar licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, nos termos do art. 21 do decreto 11.462/23.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1 Preferencialmente ser embalados com menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 40 dias, contados da data de envio do documento contratual, no seguinte endereço Av. General Euclides de Oliveira Figueiredo, 200/500 – Brisamar 23.825-410 Itaguaí – RJ.

5.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **5 dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **10 dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. AMOSTRAS

6.1 O detentor da melhor proposta será instado a apresentar amostra do produto ofertado (cláusula 1.1 deste Termo de Referência) na forma do art. 47, II, da Lei nº 13.303/2016, no prazo máximo de **10 dias úteis**, contados a partir da requisição do Pregoeiro, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento do referido prazo, com o objetivo de conferir a especificação e ausência de falhas no material.

6.2 Não será necessária apresentação de amostra caso o item proposto pelo arrematante seja o mesmo indicado como referência comercial (modelo/marca) na cláusula 1.1 deste Termo de Referência.

6.3 Caso o item proposto não seja o mesmo indicado como referência de qualidade (modelo/marca) na cláusula 1.1 deste documento, o arrematante deverá encaminhar, antes do envio da amostra, no prazo máximo de 02 dias úteis a contar da data de solicitação do pregoeiro, catálogo

técnico fornecido pelo fabricante e laudo técnico emitido por laboratório devidamente certificado (laudo cujo número está contido no Certificado de Aprovação, quando aplicável).

6.4 Será rejeitada a amostra, e conseqüentemente a proposta, que:

6.4.1 Apresentar divergência em relação às seguintes especificações técnicas ou requisitos específicos:

- a) Material;
- b) Especificações;
- c) Confeção;
- d) Embalagem.

6.4.2 Apresentar indícios de produto usado, reconicionado ou adaptado;

6.5 A avaliação da amostra será realizada pelo AST (21) 3781-4392, cujo resultado será reproduzido em parecer, acessível aos licitantes, consignando as razões que levaram à aceitação ou à rejeição da amostra.

6.6 O parecer será acompanhado de fotografias digitais, sempre que possível, que servirão como meio de provas e suporte das razões de aprovação e/ou reprovação da amostra.

6.7 A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante e conter os respectivos prospectos e manuais, quando aplicável, dispondo na embalagem as informações quanto às suas características.

6.8 A amostra encaminhada pelo arrematante será colocada à disposição da Administração, podendo ser manuseada pela equipe técnica responsável pela análise, bem como submetida às avaliações qualitativas necessárias.

6.9 A amostra reprovada será devolvida ao licitante no estado em que se encontrar ao final da avaliação técnica, sem ônus para a NUCLEP.

6.10 A amostra aprovada ficará retida até a conclusão das seguintes etapas:

- a) Entrega do primeiro pedido de material para verificação de conformidade;
- b) Emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

6.10.1 A amostra aprovada deverá ser retirada em até 10 dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sob pena de ser considerada abandonada.

6.11 A amostra reprovada somente poderá ser devolvida após o fim da fase de recursos.

6.12 O recolhimento da amostra rejeitada por parte do licitante se dará às expensas deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do fim da fase de recursos, sob pena do material ser considerado abandonado.

6.13 O ônus do envio da amostra e de sua retirada do local da análise será de total responsabilidade do licitante.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E AVALIAÇÃO

7.1 O produto será avaliado conforme especificações técnicas descritas na cláusula 1.1 deste termo.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

8.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.2 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.3 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.5 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Durante a vigência deste Contrato, o fornecimento do bem será acompanhado e fiscalizado pela Gerência de Logística Fabril e pela Gerência de Segurança do Trabalho, especialmente designadas, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da NUCLEP.

11.2 O acompanhamento contratual é pressuposto para o recebimento provisório ou definitivo do seu objeto, mas não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

11.3 Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pela comissão ou pelo Fiscal (Gestor ou Executor) do Contrato, acarretará a rejeição do objeto, devendo a CONTRATADA providenciar as devidas correções ou o correto adimplemento da obrigação.

11.4 As irregularidades apontadas pela comissão ou pelo Fiscal (Gestor ou Executor) do Contrato durante o acompanhamento da execução, ou no momento do recebimento, deverão ser sanadas até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5 A NUCLEP acompanhará e fiscalizará o fornecimento do material ou equipamento descrito neste Contrato, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização de defeitos, imperfeições, falhas ou irregularidades observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade superior competente para as providências cabíveis, de modo a zelar pelo perfeito e integral cumprimento do objeto.

12. PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado, pela NUCLEP, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da entrega da nota fiscal eletrônica/fatura, após a devida conferência e aprovação desta pelo órgão da NUCLEP administrador do contrato.

12.2 Para toda efetivação de pagamento, o CONTRATADO deverá apresentar no mínimo 1 (uma) via do documento fiscal, quando emitido em papel, no Protocolo Geral da NUCLEP, localizado na Av. General Euclides de Oliveira Figueiredo, nº 200, Brisamar, Itaguaí – RJ, no período compreendido entre 08h e 15h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa do setor gestor do contrato no e-mail: nfnuclep@nuclep.gov.br.

12.3 Salvo exceções legais previstas na legislação e regulamentos pertinentes, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, emitir nota fiscal eletrônica.

12.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as

medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a NUCLEP.

12.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancária, devendo a CONTRATADA informar à Gerência de Planejamento e Finanças (AF) da NUCLEP o número de sua conta, agência e o banco depositário.

12.7 Na hipótese de dúvida quanto à exatidão dos faturamentos emitidos pela CONTRATADA a NUCLEP se reserva o direito de descontar da fatura ou da garantia prestada até que a contratada comprove a sua exatidão ou a CONTRATADA emitindo a nota fiscal no valor exato autorizado, poderá pleitear a restituição, caso não concorde, no mês subsequente.

12.8 Nas hipóteses abaixo, a NUCLEP se reserva o direito de efetuar a retenção/o desconto da fração inadimplida na nota fiscal eletrônica/fatura ou a glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

12.9 Deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida para as atividades contratadas;

12.10 Emitir a nota fiscal eletrônica/fatura com qualquer erro detectado pelo órgão gestor do contrato da NUCLEP;

12.11 Na hipótese de dúvida quanto à exatidão da nota fiscal eletrônica/fatura emitida detectado pelo órgão gestor do contrato da NUCLEP.

13. PREÇO

13.1 No preço deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, prêmios de seguros, fretes, assim

como as despesas de qualquer natureza, que se fizerem indispensáveis ao cumprimento integral do objeto deste termo.

14. REAJUSTAMENTO

14.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.

15. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

15.1 A revisão de preços poderá ser solicitada pela CONTRATADA, a qualquer tempo, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Contrato, respeitando-se o seguinte:

15.1.1 A CONTRATADA deverá formular, por escrito, à NUCLEP requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

15.1.2 A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão;

15.1.3 Com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

15.2 Independentemente de solicitação, a NUCLEP poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pelo órgão da NUCLEP administrador do contrato.

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

17. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

17.1 Não haverá exigência de garantia contratual complementar à garantia contratual.

18. PENALIDADES

18.1 A inexecução total ou parcial das condições pactuadas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa;

c) Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a NUCLEP por prazo até 2 (dois) anos.

18.1.1 As não conformidades detectadas na entrega do objeto e outros registros considerados relevantes pela Fiscalização da NUCLEP, que evidenciem a mora, o descumprimento de obrigações ou a inexecução parcial ou total do contrato, motivarão a aplicação das sanções/penalidades previstas nesta cláusula.

18.2 Da Advertência:

18.2.1 A sanção de advertência de que trata a alínea “a” do **subitem 18.1** tem previsão legal no inc. I do art. 83 da Lei 13.303/16 e poderá ser aplicada nos casos de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato e/ou outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da NUCLEP, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

18.3 Da Multa de mora:

18.3.1 A Multa de Mora tem previsão legal no art. 82 da Lei 13.303/16, sendo aplicada à CONTRATADA mediante desconto em garantia pecuniária, se prevista no presente contrato, ou em créditos da CONTRATADA, em decorrência de perda de prazo, atraso injustificado na entrega do objeto contratado ou do retardamento de alguma obrigação inicial, não vinculados a interesses da NUCLEP.

18.4 Pelo atraso na entrega do objeto em relação ao prazo estipulado e/ou execução de obrigação inicial: multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.

18.4.1 A multa de mora não impede que a NUCLEP rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas neste contrato.

18.5 Da Multa por descumprimento de obrigações:

18.5.1 A Multa por descumprimento de obrigações tem previsão legal no Inciso II do art. 83 da Lei 13.303/16, sendo aplicada à CONTRATADA mediante desconto em garantia pecuniária, se prevista no presente contrato, ou em créditos da CONTRATADA, da seguinte forma:

a) pela recusa/demora na retirada/devolução/substituição/correção do objeto rejeitado/defeito, em relação aos prazos estabelecidos: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do objeto

rejeitado/defeito, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

b) pelo atraso na substituição do objeto rejeitado/defeito, durante o período de garantia: multa de 1% (um por cento) sobre o valor deste contrato, por dia de atraso, até o limite de 10% do valor;

c) pela recusa formal em substituir o objeto rejeitado/defeito, durante o período de garantia: multa de 15% (quinze por cento) do valor contratado;

d) pela omissão em substituir o objeto rejeitado/defeito, durante o período de garantia, caracterizada após o 10º (décimo) dia útil do prazo estipulado para a substituição: multa de 15% (quinze por cento) do valor contratado;

e) pelo não cumprimento de qualquer outra condição fixada neste contrato e não abrangida pelas alíneas anteriores: multa de 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento de descumprimento, ficando seu total limitado à 10% (dez por cento) do valor contratado.

18.5.2 O valor das multas previstas nesta subcláusula está limitado a 100% (cem por cento) do valor do contrato.

18.6 Da Multa pela inexecução do contrato:

18.6.1 Quando da inexecução parcial ou total do contrato, a CONTRATADA se sujeitará ao pagamento de multa compensatória de até 15% (quinze por cento) do valor contratado, incluindo-se valores de eventuais aditativas, sem prejuízo da rescisão contratual e outras sanções legais.

18.6.1.1 A multa prevista neste item possui a natureza jurídica de prefixação de indenização por perdas e danos e visa a compensar a Administração por eventuais prejuízos causados pelo inadimplemento contratual.

18.7 Da suspensão de licitar e impedimento de contratar:

18.7.1 Sanção de maior rigor, que impõe à CONTRATADA a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NUCLEP, com base no art. 83 inc. III da Lei 13.303/16, sem prejuízo da aplicação das multas e outras sanções legais cabíveis.

18.7.2 A NUCLEP adotará os eventos e prazos seguintes para impedimento da CONTRATADA que:

a) não manter as condições habilitatórias vigentes à data da celebração contratual, excetuando-se as relativas ao porte da CONTRATADA, durante sua vigência – prazo de 06 (seis) meses;

b) não recompor a qualidade e eficiência acordadas, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual – prazo de 12 (doze) meses;

c) falhar ou fraudar na execução do contrato ensejando o retardamento de seu objeto – prazo de 02 (dois) anos;

d) inexecução contratual total ou parcial – prazo de 02 (dois) anos;

e) sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de

quaisquer tributos – prazo de 02 (dois) anos;

f) tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação – 02 (dois) anos;

g) demonstre não possuir idoneidade para contratar com o NUCLEP em virtude de atos ilícitos praticados – prazo de 02 (dois) anos.

18.7.3 Para registro da penalidade no SICAF, a abrangência da penalidade será no âmbito da NUCLEP.

18.8 Observações gerais acerca da aplicação de penalidades:

18.8.1 As sanções de advertência, suspensão de licitar e impedimento de contratar poderão ser aplicadas com a sanção de multa.

18.8.2 As penalidades estão sujeitas a apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo Processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação pela NUCLEP.

18.8.3 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à conta informada pela NUCLEP, após o vencimento do prazo recursal, podendo a NUCLEP, para tanto, descontar da garantia, se prevista no presente contrato, das notas fiscais vincendas e/ou ainda cobrá-las judicialmente, se julgar conveniente.

18.8.3.1 Poderá a NUCLEP, se julgar conveniente, efetivar compensações e/ou caucionamentos preventivos de multas e descontar de notas fiscais por ocasião dos seus pagamentos, ainda que inexista relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa.

18.8.3.2 As multas e demais penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo do pagamento das perdas e danos e da rescisão contratual.

18.8.4 A autoridade competente para decisão quanto a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à NUCLEP, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8.4.1 Os prazos para impedimento de licitar previstos no **item 17.7.2** poderão ser adequados por decisão da autoridade superior, em razão do histórico de adimplemento do contrato.

18.8.5 As autoridades competentes no NUCLEP, para fins deste contrato, estão previstas na Norma Interna de Aplicação de Sanção.

18.8.6 As sanções aplicadas pela NUCLEP serão registradas no SICAF, após esgotado o processo de sancionamento.

19. MATRIZ DE RISCOS

19.1 Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

19.2 A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – Anexo I MAPA DE RISCO.

19.3 A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – Anexo I deste Termo.

20. ENCAMINHAMENTO

Em conformidade com descrições e informações acima, encaminhe-se a Gerente do setor, o para decidir sobre o prosseguimento da contratação mediante despacho motivado.

Itaguaí, 11 de abril de 2024.

**Antonio Carlos
de Oliveira Fleury** Assinado de forma digital por
Antonio Carlos de Oliveira Fleury
Dados: 2024.05.21 13:27:51
-03'00'

Elaborado por:
**Ronaldo
Fialho Miranda** Assinado de forma digital
por Ronaldo Fialho Miranda
Dados: 2024.05.21 16:17:57
-03'00'

Verificado por:
**Rosanea
Pereira
Salomao** Assinado de forma digital
por Rosanea Pereira
Salomao
Dados: 2024.05.22
08:25:53 -03'00'

Autorizado por: